

## O Brasil para o mundo português: 1875-1889

Cristina Pessanha Mary<sup>1</sup>

### Resumo

Este ensaio busca descrever o modo como o Brasil foi pensado pelos portugueses, durante o último quartel do século XIX. Centramos nossa atenção na percepção dos associados à Sociedade de Geografia de Lisboa e a sua sucursal instalada no Rio de Janeiro. Para os geógrafos lusitanos esse país era visto como um coadjuvante geopolítico, funcionando como uma espécie de correia de transmissão do colonialismo português.

Palavras-chave: sociedade de geografia, representações, Brasil

### Abstract:

This essay searches to describe the Portuguese view of what Brazil was in the last quarter of the ninetieth century. Our attention remained on the perception of the associates of the Sociedade de Geografia de Lisboa and its branch on Rio de Janeiro. To the Portuguese geographers this country was a geopolitical coadjutant, working as a way of transmitting the Portuguese colonialism.

Key-words: Sociedade de Geografia, representations, Brazil

Este ensaio busca compreender como os portugueses representavam o Brasil no final do século XIX. Para tal optamos por centrar nossa atenção na Sociedade de Geografia de Lisboa, criada por um grupo de intelectuais lusos em 1875.

No último quartel do século XIX, inúmeros grêmios animavam as capitais européias. Na data de criação da Sociedade de Geografia de Lisboa <sup>2</sup>, a levar-se em conta fontes do próprio período <sup>3</sup>, já existiam cerca de 30 sociedades do gênero, incluindo as de Paris (1821), Berlim (1828) e Londres (1830). Estas sociedades ganharam força também na América Latina. A cidade do Rio de Janeiro abrigava o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — IHGB —, criado em 1838, a filial da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil, doravante denominada Seção e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, de 1883. <sup>4</sup>

No que importa às sociedades de geografia europeias e aos seus associados, cabe destacar sua funcionalidade quanto ao movimento colonialista. Via de regra, estes estabelecimentos constituíram o corpo de conhecimentos necessários à aventura expansionista, formaram quadros ligados à administração das colônias, patrocinaram as expedições de reconhecimento das terras distantes, ligando-se também às atividades

relacionadas à promoção de um ambiente geográfico, potencializando o ensino da geografia.<sup>5</sup>

A Sociedade de Geografia de Lisboa: refazendo a nação abatida<sup>6</sup>

O Portugal de fins dos Oitocentos sucumbia ante um intenso sentimento de decadência. Naquela conjuntura, mais do que nunca, os portugueses passaram a considerar a África como um trunfo, do qual não deviam prescindir. Já haviam perdido o Brasil, não deveriam abrir mão de mais. A colonização, causa do mal português em alguns diagnósticos da nação, foi preconizada como remédio por amplos setores naquele país e terminou por disseminar entre os lusos uma verdadeira fome de territórios coloniais.

Assim, a Sociedade de Geografia de Lisboa, fundada em 1875, articulou um poderoso movimento de pressão junto ao governo português,<sup>7</sup> galvanizando a opinião pública a favor de uma ação mais efetiva nos territórios africanos e mobilizando o país na direção da empreitada colonial. No século XIX este movimento atingiu seu apogeu durante a crise do “Ultimato”, declarado pelos ingleses em 1890, quando a Inglaterra obrigou Portugal a renunciar ao tão acalentado sonho de ligar Moçambique a Angola, impedindo a expansão portuguesa aos territórios que hoje integram Zâmbia, o Malawí e o Zimbábue.<sup>8</sup>

A Sociedade de Geografia de Lisboa não nasceu sob os auspícios do Estado, embora muitos dos seus integrantes estivessem em postos-chaves no governo. No entanto, em 1878, o rei de Portugal, D. Luiz, se declarou protetor daquele estabelecimento e a partir de 1880, a Sociedade de Geografia tornou-se órgão consultivo do governo português obtendo apoio material.<sup>9</sup>

Muitas iniciativas da Sociedade atingiram as camadas populares, como foi o caso de algumas comemorações dedicadas a Camões e outros heróis nacionais, entretanto, a instituição não esteve ancorada nestes grupos. Definitivamente, neste aspecto, a Sociedade de Geografia de Lisboa pertencia ao mundo da nobreza, dos grandes nomes do comércio, professores e funcionários públicos.

Os compromissos dos dirigentes da Sociedade de Geografia de Lisboa com o colonialismo, um pilar do movimento de renovação nacional, podem ser enumerados à exaustão, já que este ideal, como seiva vital, irrigava todas as artérias do instituto, desde

a insígnia da Sociedade onde se lia a inscrição “por mares nunca dantes navegados”, de Luis de Camões, passando pelos interiores da sede, em si mesmos monumentos à colonização: “Sala da Índia”, “Sala dos Padrões” – contendo coleções de inscrições dos primeiros navegantes portugueses trazidas da África, até os próprios boletins editados, repletos de artigos e documentos sobre o continente. Contudo, o pilar do “*animus colonialista*” vigente foi mesmo o programa de travessias realizadas pelos exploradores portugueses em África. Estas, encetadas entre 1876 e 1885, resultaram diretamente do empenho da Sociedade de Geografia de Lisboa e de seus associados.<sup>10</sup>

A agenda colonialista, no entanto, exigia vultosos recursos. Sendo assim, para subsidiar as campanhas no ultramar, Portugal tomou numerosas medidas como a criação de um Fundo Africano, lastreado em subscrições nacionais e destinado a fomentar um programa de incursões naquele continente.

Foi naquela conjuntura de aflição, quando, cada vez mais, o "pensar Portugal" se confundiu com o "pensar o império",<sup>11</sup> que a primeira geração de colonialistas portugueses, encastelados na Sociedade de Geografia de Lisboa, autorizou seções externas.<sup>12</sup> Estas filiais deveriam ser criadas nas diversas localidades onde fosse possível reunir sócios-correspondentes em número suficiente<sup>13</sup> e dispostos a aderir ao “movimento geográfico luso”, defendendo, propagando, subsidiando e representando os interesses portugueses e da sociedade matriz em Lisboa. Assim, em 1878, a Seção brasileira “aportou” na cidade do Rio de Janeiro, então Corte do Império do Brasil.<sup>14</sup>

#### A filial brasileira

Reunidos na legação de Portugal no Rio, então residência do visconde de São Januário, vindo ao Brasil com as credenciais necessárias fornecidas pela Sociedade de Geografia de Lisboa, 14 sócios-correspondentes dessa Sociedade, na sua maior parte membros da elite brasileira, constituíram a filial da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil.<sup>15</sup>

Os signatários da ata de criação da filial compunham um grupo bastante uniforme quanto à posição social: quase todos pertenciam à elite fluminense, variando quanto ao título nobiliárquico, patente ou armas; constando dentre eles, a exemplo do Visconde do Rio Vez<sup>16</sup>, o Visconde de Mattosinhos<sup>17</sup> e Emílio Zaluar,<sup>18</sup> personalidades da colônia portuguesa radicadas no Rio. O Visconde do Rio Vez, ou Boaventura

Gonçalves Roque, foi presidente do Gabinete Português de Leitura no período 1871-1873, assim como outros colegas seus na Seção, atestando o grau de mobilidade da elite lusa, “dividida” — em constantes viagens entre Lisboa — e o Rio de Janeiro.

Na alta administração pública lusa, encontramos o Visconde de São Januário, o Visconde de Borges Castro<sup>19</sup> e Francisco Maria Cordeiro,<sup>20</sup> todos integrantes do corpo diplomático português. Neste mesmo círculo, mas deixando Portugal e focalizando o Império do Brasil, havia o Barão da Ponte Ribeiro, figura de proa da diplomacia do Império.

Ainda no âmbito dos fundadores e no exercício da burocracia imperial brasileira destacaram-se o Barão de Ramiz Galvão,<sup>21</sup> que, dentre outros encargos, esteve à frente da direção da Biblioteca Nacional; o Barão de Teffé,<sup>22</sup> primeiro presidente da Repartição Hidrográfica do Império, desde sua criação, em 1876, até 1889; e Ladislau Netto,<sup>23</sup> dedicado diretor do Museu Nacional, entre os anos de 1874 e 1894.

Em 1881 a Seção ampliou os seus quadros, chegando a contar com 174 membros. Destes, um terço, aproximadamente, havia nascido no Rio de Janeiro, enquanto os estrangeiros, portugueses na sua grande maioria, respondiam por um total de 23%.

Um ponto de contato entre os integrantes da Seção foi a convivência de muitos deles em outras instituições. Vários integraram os quadros do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e mesmo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a grande rival.

A filial de Lisboa era por assim dizer um verdadeiro vaso comunicante de homens e idéias. Contudo, como vemos adiante, diferentemente das congêneres nacionais, alguns integrantes da Seção tinham uma visão muito própria do Brasil.

Brasil: “a colônia diletta”

No discurso proferido durante a reunião de criação da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil, o Visconde de São Januário, em clara alusão às aflições acerca das disputas pelos territórios coloniais, empreendidas por Portugal, afirmou o desejo da nação portuguesa de não ficar atrás no “*certame em que se empenhava o mundo civilizado... o grande movimento europeu para as grandes descobertas em*

*África onde os problemas sociais e científicos poderiam encontrar sua verdadeira solução*”.<sup>24</sup>

Abordando a iniciativa do “ilustrado” rei belga, Leopoldo II, na tarefa de “*abrir o continente africano à civilização europeia e de extinguir o tráfico da escravatura*”<sup>25</sup>, o cônsul reconheceu ser esta uma tarefa gloriosa e concluiu ser indispensável para Portugal aumentar o número de expedições, tendo em vista os fins enumerados, principalmente estudar as relações entre os vastos sistemas hidrográficos ocidentais e orientais da África.

Escorado em argumentos acerca do universalismo da ciência na batalha do progresso, capaz de irmanar sócios de nacionalidades diferentes, verdadeira preleção, acerca dos benefícios advindos da participação da Sociedade de Geografia de Lisboa na política colonial portuguesa de manutenção dos territórios africanos, foi destilada. De forma vaga, o Visconde concluiu que “*às seções compete a execução de todos os trabalhos relativos ao fim que se tem em vista, a sua publicação para utilidade publica e a coadjuvação recíproca.*”<sup>26</sup>

Em outro momento temos ainda o Brasil colocado como pátria irmã e mais uma sugestão de auxílio por parte dos brasileiros:

(...) “A seção da Sociedade de Geografia de Lisboa do Brasil, nesse nobre país que fala como nós a língua de Camões, e que partilha conosco, perante a história, as glórias de tantos sábios e de tantos heróis, pode e há de prestar eminentes serviços a esta grande e generosa causa em que anda empenhado o mundo, e de que nos prezamos de ser fieis e dedicados soldados.

(...) Largo é o campo aberto a vossa inteligência, sedutores problemas se oferecem a vossa investigação acrisolada, nobres e honrosos trabalhos vos estão naturalmente consignados neste belo e vastíssimo país, nas diversas províncias das ciências geográficas. Muitos e notáveis esforços e empreendimentos registra já a história científica do grande império sul-americano, mas tão vasto, tão novo e tão imponente é o Brasil que bem pode dizer-se que a nossa geografia física não escreveu ainda a sua última palavra, que a nossa fauna, a nossa flora, os aptidos (sic) variadíssimos do solo brasileiro, a nossa hidrografia, a nossa meteorologia, a nossa etnografia, a nossa história, têm largos capítulos a elaborar, muita luz a oferecer à ciência, muitas revelações importantíssimas a fazer ao trabalho. A partir disso não há de certamente esquecer-vos o assunto que forçosamente se impõe ao patriotismo de uns e à fraternidade de outros e ao espírito esclarecido de todos, não há de **esquecer-vos o generoso auxílio que esperamos de vós e os esforços e os empenhos que assoberbam o mundo europeu, e os que particularmente preocupam e agitam este velho Portugal, o honrado patriarca das descobertas e das explorações geográficas** que primeiro abriu a civilização e a ciência moderna às barreiras do mundo inteiro.”<sup>27</sup>

As palavras do visconde revelaram os objetivos da matriz em Portugal, preconizando a exploração portuguesa na África e mencionando ainda a criação de Fundo Africano com vistas a arrecadação que permitisse enviar exploradores aquele continente.

A cooperação proposta foi de imediato aceita pelos presentes, elegendo-se logo a seguir, por aclamação, o primeiro presidente da instituição recém-criada, o senador Cândido Mendes de Almeida.<sup>28</sup> Os demais membros da diretoria foram igualmente eleitos: Henrique de Beurepaire Rohan<sup>29</sup> e o Visconde de Borges Castro, no cargo da vice-presidência, enquanto Francisco Maria Cordeiro e o Barão de Teffé figuraram como primeiros-secretários.

Em julho de 1880, a Assembléia Geral aprovou o Regimento Interno da Seção,<sup>30</sup> esmiuçando, assim, alguns pontos dos Estatutos, como o modo de votar, as competências de cada instância do grêmio, criando comissões. As comissões dividiam-se entre aquelas relativas à administração da Seção (admissão de novos sócios, contas, estatutos e redação do periódico), e as demais, que diziam respeito aos fins da associação, assim denominadas: “De Geografia Geral”, “De Viagens e Explorações Científicas”, “De Ciências Acessórias à Geografia”, “De Ensino de Geografia” e a “Do Fundo Africano”.

Esta última, destinada a fornecer parecer “sobre os meios de obter fundos para o desenvolvimento das explorações intentadas pela Sociedade, em Lisboa,” traduzia fielmente as intenções dos portugueses, empenhados na luta para arregimentar apoio para as incursões em solo africano, consideradas prioridade na corrida expansionista então empreendida entre as potências europeias.

Em vários documentos, correspondências entre matriz e Seção, memorandos, ofícios e outros, os intelectuais lusos sugeriam o auxílio dos brasileiros para a causa africana: “A Sociedade de Geografia de Lisboa aconselhou com o mais dedicado zelo a **exploração portuguesa em África** e já alguns de seus sócios estavam percorrendo esse vasto continente”...<sup>31</sup>

Em abril de 1881, a Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil lançou o primeiro número de sua revista, anunciada “*como um ensaio modesto que vai demonstrar o gosto no Brasil pelo estudo da Geografia*”, uma ciência muito estudada pelos *povos cultos*. Segundo a equipe de redação, aquela seria a primeira publicação

geográfica periódica distribuída no Brasil. <sup>32</sup> Através da análise do conteúdo da revista a visão do Brasil foi tomando contornos cada vez mais claros.

Ainda nesse mesmo ano, a diretoria da matriz em Lisboa, através de um ofício dirigido à Seção, mencionava a iniciativa de sua sucursal, todavia requeria dos seus pares no Brasil mais ação, lembrando à Seção que restava muito a fazer também em relação ao continente africano:

“(…) Singular tarefa está decerto reservada a essa benemérita seção, e com provada razão, deposita nela as melhores esperanças, a Sociedade. **À Revista há de naturalmente seguir-se a exploração geográfica, a consulta prática e científica dos governos, a colaboração direta nos grandes trabalhos e esforços** que ocupam e glorificam a ciência contemporânea no devassar das regiões ignotas. Largo campo ainda oferece a América do Sul, do Atlântico ao Pacífico, à curiosidade e à pesquisa científica e comercial. Cumpre, por exemplo, fazer desaparecer do mapa do grande império do Cruzeiro as grandes soluções de continuidade que ele apresenta ainda relativamente a um conhecimento geográfico seguro e direto. **E quando este trabalho vastíssimo não baste à forte iniciativa e à nobre dedicação da Seção do Brasil, o continente negro aí está em face de vós (...)**” <sup>33</sup>

Embora a Seção nunca tenha correspondido às expectativas de Lisboa, quanto à realização de atividades práticas \_como as explorações \_ permanecendo, neste sentido, sempre em um infundável compasso de espera, no campo ideológico a Revista buscou cumprir o script traçado pela matriz, sem nunca descuidar dos “problemas geográficos africanos”. Embora o periódico abordasse os temas concernentes ao Império, a Revista nunca deixou de pontuar os laços com a “sociedade mãe” em Portugal.

Tal inclinação pelos assuntos atinentes à matriz ficou muito evidente na gestão do almirante Jaceguay (presidência) e Zeferino Cândido (chefia de redação), que passaram a dirigir a Seção durante o ano seccional de 1885-1886. Nesse período o tema “África”, tão caro aos portugueses, chegou a rivalizar em número com os documentos relativos ao Brasil.

Cabe aqui chamar a atenção para a composição este grupo gestor da Seção, encabeçado pelo almirante Arthur Silveira da Mota, futuro Barão de Jaceguay, como presidente, e Antônio Zeferino Cândido na chefia de redação.

Nesse momento, percebe-se certa concentração de portugueses ou personalidades muito ligadas à colônia lusa, instalados nos postos-chave, ao redor de

Jaceguay. Assim, encontramos José Ferreira de Araújo,<sup>34</sup> como vice-presidente da Seção; o próprio Zeferino Cândido, que chefiou a equipe de redação integrada por Felipe Pestana,<sup>35</sup> Luiz Cruls e Capistrano de Abreu. Sem contar com a atuação de Ramalho Ortigão, àquela altura, presidente do Gabinete Português de Leitura.

Deste grupo, somente Capistrano de Abreu e o astrônomo belga, Luiz Cruls, não pertenciam à colônia portuguesa, todavia, eram a ela muito ligados. Capistrano colaborava também com a *Gazeta Mercantil*, cujo diretor era português, mantendo-se próximo ao círculo cultural luso. Luiz Cruls<sup>36</sup>, figura prestigiada por seu trabalho no Observatório Nacional, integrou o rol de amigos do importante estadista do Império, Joaquim Nabuco, também um entusiasta da cultura lusa, tendo cativado ainda a admiração do próprio D. Pedro II.<sup>37</sup>

Como salientamos, nesta nova administração a revista debruçou-se sobre os problemas africanos. Dentre os autores o mais destacado foi Zeferino Cândido. Antonio Zeferino Cândido da Piedade, português, bacharel e Doutor em Matemáticas por Coimbra, tornou-se conhecido como um homem de letras. Veio ao Brasil em 1878 com o intuito de divulgar um método de leitura, dedicando-se, então, ao magistério e colaborando em diversas instituições<sup>38</sup>. Foi também diretor do Colégio São Pedro de Alcântara no Rio, retornando a Portugal em 1901. Em 1910, com o advento da República em Portugal, exilou-se na Espanha.<sup>39</sup> Cândido foi por assim dizer, o maior defensor da colonização lusa, e fez sua estréia na Revista da Seção com um artigo intitulado "Política Colonial".

Neste texto, através de uma arguta análise, apresentou ao leitor o quadro de disputa entre as potências da Europa, decorrentes da tendência das nações daquele continente em dilatar seu regime colonial, verdadeira marca da época. Seu depoimento se fixou nas implicações para Portugal das decisões tomadas na Conferência de Berlim, a respeito da colonização africana. Segundo Zeferino a reunião em Berlim havia se constituído em brilhante cartada da Alemanha, meio através dela os alemães como que haviam usurpado, dos ingleses, o papel de árbitro supremo das questões coloniais. Por meio de alianças e acordos, a Alemanha havia, assim, afastado a Inglaterra, calado a França e contentado a Bélgica, enquanto Portugal, com seu apego à diplomacia, e, em meio a um mundo no qual o direito era inimigo da política, "teve a vantagem de perder tudo".<sup>40</sup>

Enfim, para Zeferino Cândido, a Conferência de Berlim ao ampliar o acesso e posse aos territórios coloniais a todas as potências havia destituído o consagrado direito das nações pioneiras aos espaços coloniais. Nas suas palavras o equivalente a “*por em completa ruína e desprezo os direitos dos atuais possuidores a sua posse e exploração*” (leia-se Portugal). Ao comentar a postura inglesa, apartada da luta tradicional entre as duas raças (latino e germânica), Zeferino Cândido procurou demonstrar que a verdadeira política da “potentosa (sic) Albion” não era a neutralidade, como se lhe imputavam, mas sim a política colonial. Para o diretor da Revista da Seção, a Inglaterra soube ver como a conquista só nobilita quando existe a possibilidade de ser transformada em uma fonte de riqueza: “a Inglaterra nunca foi descobrir, explorou”. Contrapondo a esperteza inglesa com a tolice daqueles que se embebedavam na pálida glória dos grandes aventureiros, nomeadamente Portugal e Espanha,<sup>41</sup> Zeferino Cândido demonstrou, diante da Europa em luta com dificuldades para manter a sua vida material, a necessidade da empreitada colonial e, para tal, a manutenção de uma Marinha e de um poder mais unido e mais móvel do que a força militar de terra.<sup>42</sup>

Defensor incansável da colonização portuguesa, entre seus muitos escritos, encontra-se ainda um livro organizado por ocasião do quarto centenário do descobrimento do Brasil em 1900<sup>43</sup>. Embora dedicado a antiga colônia, a obra constitui-se como outro libelo em prol do colonialismo português. Nela, Cândido respondeu àqueles que condenavam a utilização, por Portugal, de degredados na colonização. Para ele, em todo processo colonizador, em todos os tempos, as classes “*felizes pela abundância da fortuna*” eram sedentárias, conservadoras, “*a colonização é por essência o produto da dinâmica da população, cuja força principal é a desventura*”. Qual o sentido, indagava Cândido, de se atirar “*homens de qualidade*” ao acaso?

Em sua versão dos fatos Portugal não tinha feito de sua colônia um presídio, muito menos escravizado índios como lhe imputavam. A legislação portuguesa, repleta de providências severas contra este tipo de abuso, e reconhecido enquanto tal, era uma prova neste sentido. Se havia alguma “culpa”, esta deveria recair sobre os jesuítas<sup>44</sup>.

Ainda no livro citado, Zeferino Cândido refere-se ao Brasil como “*colônia dileta*”, “*a menina dos olhos*” da metrópole. Para o autor “*a África e a Índia teriam boa razão de se queixar*”.

A visão de Zeferino Cândido representava a maneira de ver de uma grossa fatia dos filiados da Seção brasileira, justamente aquela muito ligada à matriz em Lisboa. Embora importante, havia outro grupo com pensamento diverso, pensando um Brasil com perfil próprio, desvinculado da pátria mãe.

Em 1899, com a implantação do regime republicano no Brasil, a nova realidade instalada levou de roldão a idéia de uma relação fraternal entre Brasil e Portugal. Essa visão, de grande parte dos filiados da Sociedade de Geografia de Lisboa, atrelava-se ao papel do Brasil como correia de transmissão do colonialismo português. Projeto inaceitável para os republicanos brasileiros. Com a República os ideais lusos de um Brasil como prolongamento ibérico, desfizeram-se sob uma realidade que exilou a família real portuguesa e cortou os laços diplomáticos com Portugal. Assim a “colônia dileta” que tanto encantara Zeferino Cândido e outros portugueses de sua geração, transformou-se em capítulo de história

---

<sup>1</sup> Cristina Pessanha Mary é professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense tendo concluído seu doutorado no Programa de Pós-Graduação em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente integra o grupo de pesquisas “Geografia Brasileira: História e Política”, sob a coordenação da professora Mônica Sampaio Machado, tendo como interesse principal recuperar a história da geografia no Brasil. Sobre a temática em tela publicou o livro “*Geografias pátrias: Portugal e Brasil, 1875-1889*”. Eduff, 2010.

<sup>2</sup> A Sociedade de Geografia de Lisboa ainda se mantém em atividade. Com as mudanças advindas no rastro das independências dos territórios coloniais, no entanto, ela perdeu seu sentido original. Para maiores detalhes acerca deste instituto, consultar GUIMARÃES, Ângela. “Uma corrente do colonialismo português: a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895).” Porto: Livros Horizonte, 1984.

<sup>3</sup> REVISTA da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil. Rio de Janeiro, 1. série n.1, t. I, 1881.

<sup>4</sup> A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro foi criada em 1883 por um vasto grupo da elite fluminense, cujo núcleo contou com algumas figuras, como o senador Francisco Correia. CARDOSO, Luciene Pereira Carris. *A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: identidade e espaço nacional (1883-1909)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, abril, 2003. PEREIRA, Sergio Nunes. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944)*. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

<sup>5</sup> CAPEL, Horacio. *Filosofia Y Ciencia en la Geografía Contemporánea: una introducción a la Geografía*. Barcelona: Temas Universitarios Barcanova, 1981.

<sup>6</sup> A expressão “Nação Abatida” foi emprestada da obra “A Ilustre Casa de Ramirez”. QUEIROZ, Eça. *A ilustre Casa de Ramirez*. São Paulo: Editora Martin Claret, 1999.

<sup>7</sup> GUIMARAES, Ângela. Uma corrente do colonialismo português. A sociedade de Geografia de Lisboa, 1875-1895. Porto: Livros Horizonte, 1984.

<sup>8</sup> O golpe final nas pretensões portuguesas de estender seus domínios na África, costa a costa, de Angola a Moçambique, ocorreu por ocasião do ultimato. A consequência política mais violenta deste ultimato inglês foi a revolta da guarnição militar do Porto que chegou a proclamar um Governo Provisório. Este episódio foi considerado como um importante acontecimento no percurso para a proclamação da

---

República, em 1910. Foi, enfim, uma tentativa popular, mediante alteração do regime político, de recuperar o prestígio nacional, abalado pela intervenção inglesa. MARQUES, A. H. de Oliveira. *A revolução de 31 de Janeiro de 1891*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1991.

<sup>9</sup> Guimarães, Ângela. Op. Cit. 1984.

<sup>10</sup> SANTOS, Maria Emília Madeira. “Das travessias científicas à exploração regional em África: uma opção da Sociedade de Geografia de Lisboa.” In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa, Série 104, n° 7 e 12, Julho, Dezembro, 1986.

<sup>11</sup> Sobre esta superposição entre pensar a nação e o império, ver TOMAZ, Omar Ribeiro. In: L' ESTOILLE, Benoit de, NEIBURG, Frederico e SIGAUD, Lygia. *Antropologia Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2002.

<sup>12</sup> SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. “Publicações, vol. II, n. 10, Documento IX, 1881-1883

<sup>13</sup> Adesão de 12 sócios, residentes na localidade, se esta fosse portuguesa e o dobro, caso fosse estrangeira. SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA.. “Publicações, vol. II, n. 10, Documento X, 1881-1883.

<sup>14</sup> Foram também autorizadas filiais nas cidades de Braga e Porto. Nos três anos seguintes, foram criadas de fato as sucursais do Brasil, Porto e do Faial, nos Açores.

<sup>15</sup> Da lista dos convidados para o ato de fundação da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa estiveram presentes: 1-Visconde de Borges Castro. 2-Barão de Teffé ou Antônio Luiz von Hoonholtz, 3-Visconde de S. Salvador de Mattosinhos. 4-Benjamim Franklin Ramiz Galvão ou Barão de Ramiz, 5-Boaventura Gonçalves Roque ou Visconde do Rio Vez. 5-Cândido Mendes de Almeida. -Augusto Emílio Zaluar. 7-Francisco Maria Cordeiro de Souza. 8-General Henrique Pedro Carlos de Beurepaire Rhoan ou Visconde de Beurepaire Rhoan. 9-João Marçal Moreira Pacheco. 10- Lucas da Costa Faria. 11-Miguel Ribeiro Lisboa. 12-Pedro Gastão Mernier. 13-Wenceslau de Souza Guimarães. Justificaram ausência: Barão da Ponte Ribeiro ou Duarte da Ponte Ribeiro e Ladisláu de Souza Mello e Neto. Fonte: REVISTA Mensal da Seção da Sociedade de Geografia no Brasil. Rio de Janeiro, 1. série, Tomo I, n.1, abril, 1881. 33 p.

<sup>16</sup> TABORDA, Humberto. *Historia do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Primeiro centenário 1837-1937*. Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, sem data.

<sup>17</sup> O Visconde, (irmão do Conde de Mattosinhos) proprietário do periódico *O Paíz*, era uma das mais importantes personalidades da colônia portuguesa radicada no Rio. CARVALHO, José Murilo. "O povo do Rio de Janeiro, bestializados ou bilontras?". In: *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1986. Integraram também a Seção o Conde de Mattosinhos e seu filho, João José dos Reis Júnior.

<sup>18</sup> Emílio Zaluar (1826-1882), português, naturalizado brasileiro, ainda em Lisboa abandonou o curso de medicina, e passou a colaborar em inúmeros periódicos: primeiro em Portugal, depois no Brasil, publicou, dentre outros escritos, *Peregrinações pela Província de São Paulo, 1860-1861* (de 1861), e ainda a obra que tem sido apontada como uma das primeiras no país, no gênero da ficção científica, *O doutor Benígnus*, de 1875. Cabe destacar que a aventura escrita por Emílio Zaluar foi claramente inspirada na obra de Julio Verne. CARVALHO, José Murilo. “Benigna Ciência.” In: ZALUAR, Emílio. *O doutor Benígnus*/ Augusto Emílio Zaluar; prefácio de José Murilo de Carvalho e Alba Zaluar – 2.ed./ preparada e apresentada por Helena Cavalcanti e Lyra e Ivete Savelle S. do Couto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

<sup>19</sup> Borges Castro foi conselheiro do rei de Portugal, sócio da Academia de Ciências de Lisboa e chegou a publicar oito volumes acerca de tratados e convenções celebrados entre a Coroa portuguesa e as demais potências, tendo iniciado sua carreira como militar, encerrando-a com a diplomacia. NOBREZA de Portugal. Lisboa: Editorial Enciclopédia Ltda, 1961.

<sup>20</sup> Francisco Maria Cordeiro era nada mais nada menos do que o irmão de Luciano Cordeiro, o secretário perpétuo da Sociedade de Geografia de Lisboa. Francisco foi cônsul nos Estados Unidos e chegou a fundar em Lisboa, juntamente com seu irmão, a Companhia dos Carris de Ferro de Lisboa. GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa, Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada, 1960. 40 v.

<sup>21</sup> Além do seu cargo de diretor da Biblioteca Nacional, Ramiz se destacou como promotor de exposições, tais como a "Camoneana", a referente à "História do Brasil", destacando-se ainda o fato de ter presidido o Primeiro Congresso Nacional de História, em 1909. DICIONÁRIO Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros. Rio de Janeiro: IHGB, 1993. 6v.

---

<sup>22</sup>O Barão de Teffé, ou Almirante Antonio Luis von Hoonholtz (1837-1931), destacou-se na esfera científica por seus trabalhos em hidrografia, chegando mesmo a publicar o *Tratado de Hidrografia*. Teffé participou ativamente da demarcação da fronteira no norte do Brasil.

<sup>23</sup> Do notável currículo de Ladislau Netto, botânico pela Academia de Ciências de Paris, assinala-se seu papel para o desenvolvimento da antropologia e etnografia no Império, destacando-se ainda seus trabalhos voltados para a cultura indígena americana (seus hábitos, suas línguas, a decifração de inscrições). LOPES, Maria Margaret “O local musealizado em nacional – aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX, no Brasil. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (Orgs). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: ACCESS Editora, 2001.FREITAS, Marcus Vinicius.*Charles Fredrik Hartt, um naturalista no império de Pedro II*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

<sup>24</sup> REVISTA Mensal da Seção da Sociedade de Geografia no Brasil. Rio de Janeiro, 1. série, Tomo I, n.1, abril, 1881. p.8.

<sup>25</sup> É interessante assinalar a diplomacia do Visconde de Januário ao professar admiração pelo rei belga, Leopoldo II, apresentado como um paladino da luta contra a escravidão. Como é sabido, a atuação de Leopoldo na África foi uma verdadeira afronta aos interesses colonialistas lusos.

<sup>26</sup> Idem p.9.

<sup>27</sup> Trecho extraído de ofício, enviado pela diretoria da Sociedade de Geografia de Lisboa, dirigido ao Presidente da Seção no Brasil, Cândido Mendes, em maio de 1880. REVISTA Mensal da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil. Rio de Janeiro, 1série, Tomo I, n.1, abril, 1881. p.16.

<sup>28</sup> A biografia de Cândido Mendes de Almeida (1818/1881), primeiro presidente da Seção, revela uma carreira de destaque, iniciada com o bacharelato em ciências jurídicas e sociais, em 1839, em Olinda. Professor da cadeira de geografia e história no Liceu de São Luiz, foi também promotor público e deputado, tendo chegado ao Senado em 1871. Destacou-se na política e foi defensor intransigente dos valores do catolicismo. Sua produção versou sobre o direito e o que hoje denominamos história e geografia, tendo, publicado no escopo desta última, o *Atlas do Brasil*. IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos da Historiografia brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira; Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, IPEA, 2000.

<sup>29</sup> Marechal Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire Rohan, filho do Conde de Beaurepaire, formou-se em ciências físicas e matemáticas; ao atingir o posto de tenente-coronel, transferiu-se para a arma de engenharia. Deve-se ressaltar sua importância para a cartografia brasileira, tendo chefiado a comissão de levantamento da Carta Geral do Império, ao lado do Barão da Ponte Ribeiro. Na política, foi presidente das províncias do Pará e Paraíba, ocupando a pasta da Guerra. DICIONÁRIO Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros. Rio de Janeiro, IHGB,1993.

<sup>30</sup> SEÇÃO DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA NO BRASIL. Regimento Interno da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil. Rio de Janeiro, 1880.

<sup>31</sup> “Breve notícia histórica” REVISTA Mensal da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil. Rio de Janeiro, 1série, Tomo I, n.1, abril, 1881. p.8-9

<sup>32</sup> “Nota da Redação”. REVISTA Mensal da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil. Rio de Janeiro, Tomo, n.1, 1s, , abril, 1881. p. 5.

<sup>33</sup> GRIFO NOSSO. SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. “Publicações”, n.10, vol.II, documento VII, p. 17,1881-1883..

<sup>34</sup> José Ferreira de Araújo era o proprietário da *Gazeta de Notícias*. A importância cultural da *Gazeta* e de seu proprietário foi sobejamente destacada por Olavo Bilac. Para Bilac, a *Gazeta* “era consagradora por excelência” e o jornalismo de Ferreira Araújo, considerado como arte e poesia. BILAC, Olavo (1865-1918) *Vossa insolência: crônicas*. Antônio Dimas (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>35</sup> José Filipe Pestana, português, radicado no Brasil, foi um defensor de idéias abolicionistas. Pestana dedicou-se à função de guarda-livros. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro : Tipografia Nacional , 1883-1902, 7 v.

<sup>36</sup> Cruls, militar de formação, emigrou para o Brasil, vindo a trabalhar na Comissão Geral da Carta do Império, uma das atribuições do Imperial Observatório. Em 1881 terminou por tornar-se o primeiro astrônomo daquele estabelecimento. BARRETO, Luiz Muniz Barreto. *Observatório Nacional, 160 anos*

---

de história. Rio de Janeiro: MCT, CNPQ, Observatório Nacional, Academia Brasileira de Ciências e Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro, 1987. p. 87.

<sup>37</sup> VIDEIRA Antônio Augusto Passos. "Luiz Cruls e a astronomia no Imperial Observatório do Rio de Janeiro entre 1876 e 1889." In: *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (Orgs.). Rio de Janeiro: Access, 2001. p.128

<sup>38</sup> Em 1882, Zeferino Cândido compareceu a uma conferência no Retiro Literário Português para discutir sobre a questão do aprendizado das ciências pelas mulheres. Cabe ressaltar que o temário do Retiro Literário era muito vasto, incluindo assuntos como a degeneração da "raça latina", e quem teria sido o maior: Napoleão ou César? REVISTA do Retiro Literário Português. Rio de Janeiro, ano 1, julho de 1882.

<sup>39</sup> DICIONÁRIO Biobibliográfico de Sócios Estrangeiros (século XIX) Rio de Janeiro, IHGB, 2001. p. 166.

<sup>40</sup> CÂNDIDO, Antonio Zeferino. "Política Colonial". REVISTA da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil. Rio de Janeiro, 2. série, n.1, 1885. p.8.

<sup>41</sup> "Atrás do Português e do Espanhol, aventureiro por amor da glória e do renome, o Inglês espreita, impassível e calculador, aquelas regiões que podem ser empórios de comércio e de indústria." CÂNDIDO, Antonio Zeferino. "Política Colonial". Op. Cit. 1885, p.8.

<sup>42</sup> As teses de geopolítica defendidas por Zeferino Cândido, calcadas na premissa da superioridade do poder naval sobre as forças de guerra terrestres, foram ao encontro da escolha de Jaceguay para a presidência da Seção. Afinal Jaceguay era almirante, importante representante da Marinha do Império.

<sup>43</sup> CÂNDIDO, Zeferino. *Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil por parte do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900.

<sup>44</sup> Zeferino Cândido foi arrolado, por Teófilo Braga como integrante do movimento positivista uso. CARTROGA, Fernando. "Os caminhos Polêmicos da Geração Nova". In: MATTOSO, José et ali. *História de Portugal. O liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, v. 5, p. 483-494, 1998. p.489.

## Referências

BILAC, Olavo (1865-1918) *Vossa insolência: crônicas*. Antônio Dimas (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996

CÂNDIDO, Zeferino. *Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil por parte do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900.

CAPEL, Horacio. *Filosofia Y Ciencia en la Geografía Contemporánea: una introducción a la Geografía*. Barcelona: Temas Universitarios Barcanova, 1981.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. *A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: identidade e espaço nacional (1883-1909)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, abril, 2003.

CARVALHO, José Murilo. "Benigna Ciência." In: ZALUAR, Emílio. *O doutor Benignus/ Augusto Emílio Zaluar; prefácio de José Murilo de Carvalho e Alba Zaluar – 2.ed./ preparada e apresentada por Helena Cavalcanti e Lyra e Ivete Savelle S. do Couto*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

DICIONÁRIO Biobibliográfico de Sócios Estrangeiros (século XIX) Rio de Janeiro, IHGB, 2001. p. 166.

FREITAS, Marcus Vinicius. *Charles Fredrik Hartt, um naturalista no império de Pedro II*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

- 
- GUIMARÃES, Ângela. “Uma corrente do colonialismo português: a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895).” Porto: Livros Horizonte, 1984.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos da Historiografia brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira; Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, IPEA, 2000.
- L' ESTOILLE, Benoit de, NEIBURG, Frederico e SIGAUD, Lygia. *Antropologia Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2002.
- LOPES, Maria Margaret “O local musealizado em nacional – aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX, no Brasil. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (Orgs). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: ACCESS Editora, 2001.
- MARY, Cristina Pessanha Mary. “*Geografias pátrias: Portugal e Brasil, 1875-1889*.” Eduff, 2010.
- PEREIRA, Sergio Nunes. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944)*. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- QUEIROZ, Eça. *A ilustre Casa de Ramirez*. São Paulo: Editora Martin Claret, 1999.
- REVISTA do Retiro Literário Português. Rio de Janeiro, ano 1 , julho de 1882.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. “Publicações”, n.10, vol.II, documento VII, p. 17,1881-1883.
- TABORDA, Humberto. *Historia do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Primeiro centenário 1837-1937*. Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, sem data.
- VIDEIRA Antônio Augusto Passos. "Luiz Cruls e a astronomia no Imperial Observatório do Rio de Janeiro entre 1876 e 1889." In: *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (Orgs.). Rio de Janeiro: Access, 2001. p.128

Enviado para publicação em setembro de 2010.

Aceito para publicação em outubro de 2010.